

Intitulé de l'épreuve : Portuguais

Nombre de copies : 1

Numérotez chaque page (dans le cadre en bas de la page) et placez les feuilles dans le bon sens.

7. Tanto o Brasil como Portugal se posicionaram como países protagonistas em relação a proteção dos oceanos em 2025. O ano de 2025 foi marcado por discursos e conferências, como a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (UNOC3) ressaltando a importância de implementar medidas políticas em defesa dos oceanos.

A ratificação do Tratado de Alta Mar por Portugal enfatiza seu compromisso com a preservação da biodiversidade marinha. Por sua vez o Brasil também se comprometeu a ratificar esse tratado ainda este ano, contribuindo com a conservação imediata e a longo prazo dos oceanos.

Além disso, o presidente Lula se comprometeu a aplicar diversas medidas em prol dos oceanos durante a UNOC3 como por exemplo o aumento de 26% para 30% a cobertura de áreas marinhas brasileiras protegidas. Ele também defendeu a implementação de programas dedicados à preservação de recifes e corais assim que uma estratégia contra a poluição por plásticos no oceano.

Desenvolvendo campanhas oceanográficas e mecanismos de compensação financeira, Portugal pretende atingir a meta de 30% de proteção do seu oceano até 2030 prevista durante a Conferência do Oceano em 2022. Outrossim, Portugal é responsável pela criação da maior rede de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte.

A luz do exposto, conclui-se que os dois países têm compromissos sólidos com a preservação dos oceanos e de sua biodiversidade.

Nº  
1/1

O Brasil pretende se tornar o país com o maior número de Escolas com programas que promovem a cultura oceânica investindo cada vez mais em pesquisas e coleta de dados. Além disso durante um fórum em Múnaco, o presidente Lula já havia chamado a atenção de outros países ressaltando a necessidade de uma vontade política de líderes internacionais em financiar o desenvolvimento dos oceanos.

Assim, os dois países afirmam seu compromisso com a agenda política dos oceanos. Se Portugal já se comprometer sobretudo com a ratificação do tratado do Alto Mar, falta ver as futuras ações do Brasil em relação às suas promessas.

2. No quadro do projeto "Green Deal" a União Europeia se comprometeu a uma redução de 55% de gases de efeito estufa (fit for 55) e a tornar-se um continente neutro em gás carbônico. Embora essa meta seja realizável, acordos como o Mercosul e outros desafios podem prejudicar esse objetivo.

Além disso, a UE deve respeitar o Acordo de Paris ratificado durante a COP 21 em 2015 com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. Todavia, divergências internas podem dificultar o estabelecimento de sua meta.

Atualmente diversos países possuem exigências variadas para poderem cumprir suas metas respectivas. Portugal por exemplo exige <sup>40%</sup> cortes de suas emissões em suas ex-colônias como em Cabo Verde, ou São Tomé e Príncipe, sejam contabilizadas.

As que diz a respeito de sua meta climática de 2035 as dificuldades para chegar em um consenso são flagrantíssimas.

Frente às exigências diversas dos países membros e a dificuldade de chegar a um acordo, a UE anunciou uma carta de intenção ao invés de uma meta climática. O problema desta carta de intenção reside no fato dela não ter força de compromisso sem contar o atraso com o qual o texto apresentando as metas oficiais será entregue.

Assim, a UE se encontra em uma situação de impasse frente a discussões que acabam

frequentemente sem avanços maiores por conta de divisões internas.

A luz do exposto, cumprir a meta climática de 2035 da EU que se desprende do objetivo climático geral do bloco para 2040 se tornou um objetivo complicado.

Para que os países membros consigam reduzir suas emissões entre 66,25% e 72,5% como previsto até 2035 e 90% até 2040 eles deveriam ceder algumas de suas ambições ligadas às suas políticas interna respectivas.

3. Esses últimos anos o mundo enfrentou uma diminuição do multilateralismo e por conseguinte do multilateralismo ambiental.

Países tendem a priorizar suas políticas interna prejudicando o equilíbrio ambiental internacional. O presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva alertou durante a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças sobre a ameaça que o unilateralismo representa. Ele enfatizou a necessidade de uma união entre líderes mundiais frente a problemas relacionados a preservação dos oceanos. Outrossim, o presidente Lula insiste na importância de uma coordenação para evitar disputas geopolíticas ligadas aos oceanos. Decisões unilaterais como a do presidente D. Trump que decidiu acelerar a concessão de permissões de exploração submarina de minérios em águas internacionais representam uma verdadeira ameaça ao futuro de um multilateralismo ambiental favorável.

Embora, organizações internacionais como a UE ou a ONU promovam esse multilateralismo ambiental por meio de Conferências, como a que ocorreu em Nice em junho de 2025 ou das famosas "COP", os países precisam realinhar para desenvolver políticas climáticas eficientes.

Países ricos devem pagar por suas dívidas climáticas e emissões de gases de efeito estufa para garantir um melhor equilíbrio entre países que poluem muito como a Rússia ou a China e países do Sul global que são os mais afetados pelos efeitos do aquecimento global. A empresa Microsoft comprou por exemplo milhões em créditos de carbono da start up brasileira re-green.

Esse gesto depende-se de uma política que tem uma ambição multilateral, que visa a ser aplicada em países ricos e pobres.

Conclui-se que o multilateralismo ambiental é fundamental para a preservação do planeta terra. Para que isso seja possível a colaboração entre nações é imprescindível.

Ainda que constata-se um aumento de medidas unilaterais por parte de alguns países, como por exemplo os Estados Unidos que caminha em direção a um negociacionismo que problemas ambientais, políticas ambientais atuais são relativamente eficazes e contribuem a diminuição da temperatura mundial.